



RECEITA ESTADUAL



Estado do Paraná

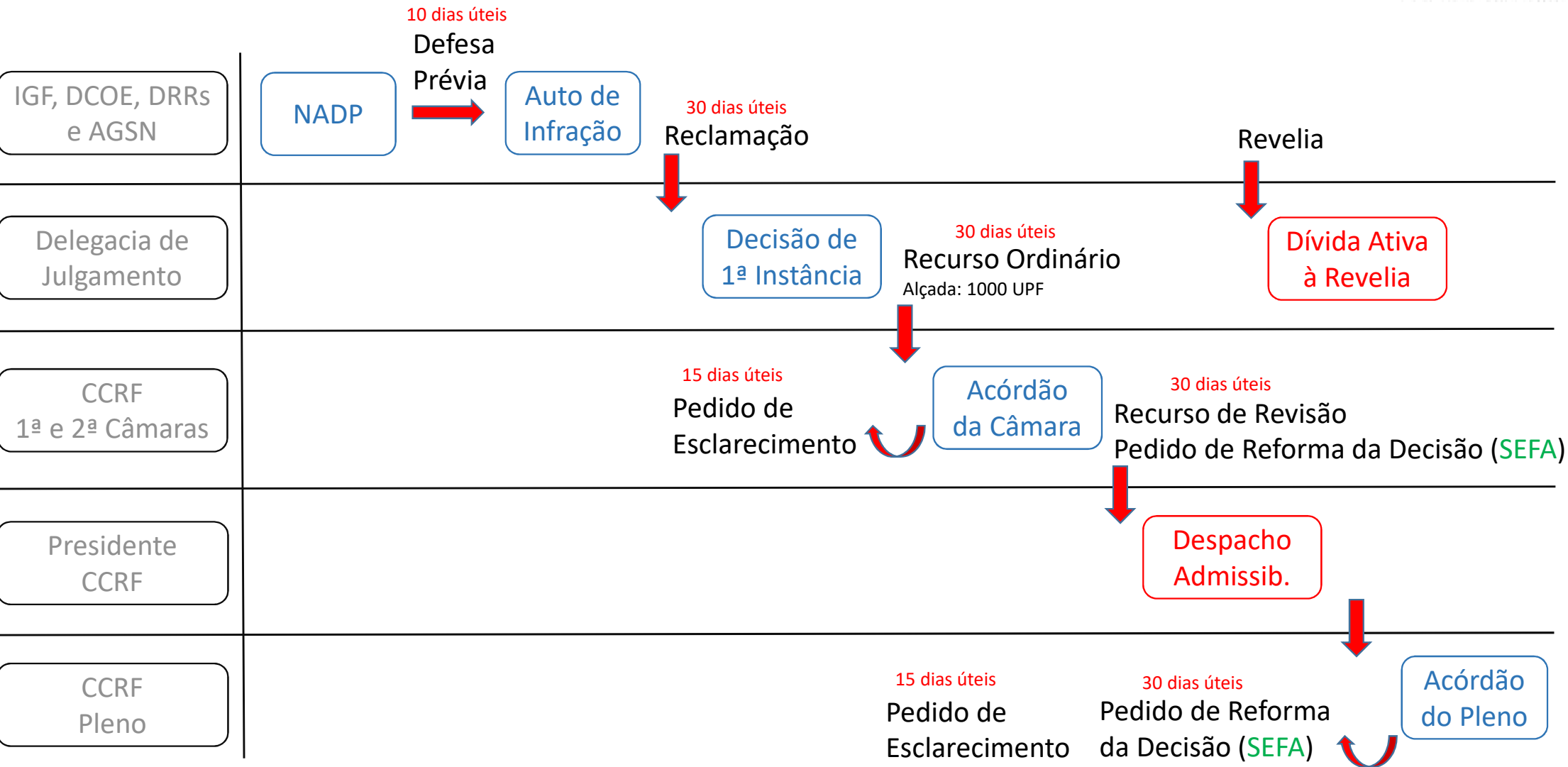
Processo Administrativo Fiscal Eletrônico

e-PAF

Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual
Inspetoria Geral de Tributação
Setor de Processo Administrativo Fiscal

Rito do Contraditório Administrativo no Paraná

Lei nº 18.877/2016



Processo Administrativo Fiscal Eletrônico

Em Produção

PROFISCO I

Fluxo de **Defesa Prévia** e Lavratura do **Auto de Infração**

Fluxo de **1ª Instância** Administrativa, **Diligência** e Termo de Retificação

Módulo de **ciência** dos atos, inclusive a **eletrônica** com emissão automática

Portal Externo do contribuinte: **acesso aos documentos** e **petição online**

Integração com os sistemas de **Cadastro, OSF, Pagamento e Parcelamento**

Integração com os sistemas de **Certidão, Procuração, Quotas e Dívida Ativa**

Concessão/revogação de **Procuração Eletrônica**

Rotinas de **correção administrativa** ou por **ordem judicial**

Assinatura digital e regras de **publicidade** dos documentos (sigilo fiscal)

Fluxo de análise pela **Comissão de Pré-Lavratura**

Processo Administrativo Fiscal Eletrônico

Plataforma Tecnológica

BPM

- **Plataforma especializada** em Gestão de Processos de Negócio
- Flexibilidade de **customização do fluxo de trabalho**
- Ferramentas nativas de **gestão do processo e da equipe**
- **Automatização de tarefas** e da tramitação do processo

ECM

- **Gestão documental digital** e integrada de todos os processos
- Organização, categorização e **rastreabilidade**
- **Segurança no armazenamento** e preservação dos dados

Portal Externo

- **Transparência das informações** para os envolvidos no processo
- **Facilidade no acesso** às informações e documentos do processo
- Apresentação de **petições** de forma rápida e **online**

Processo Administrativo Fiscal Eletrônico

Próximos Passos

PROFISCO II

Implementação da **2ª Instância** administrativa

Integração com o Sistema de Gestão Tributária (**SGT**)

Implementação do contencioso administrativo para o **Simplex Nacional**

Integração com o sistema de gestão do contencioso judicial da **PGE**

Implementação de **novos módulos** e funcionalidades (ex: Autos em lote)

O processo administrativo fiscal eletrônico atende aos seguintes requisitos (e-processo tributário):

- (1) Automatiza o macroprocesso tributário, integrando todas as suas fases, desde o lançamento até a decisão em última instância administrativa (1ª e 2ª instâncias)
- (2) Utiliza certificado digital, permitindo a eliminação da tramitação física das peças processuais
- (3) Utiliza como informações de prova preferencialmente os documentos digitais e define os procedimentos para digitalização quando se tratarem de documentos originalmente físicos
- (4) Disponibiliza acesso, pela Internet, aos autos processuais pelas partes interessadas (fisco e contribuinte), em tempo real, com segurança, garantindo o sigilo fiscal
- (5) Troca informações com o sistema informatizado do órgão responsável pelo **contencioso judicial**, no âmbito do Poder Executivo
- (6) Utiliza meio eletrônico para dar ciência das movimentações e decisões às partes interessadas, conforme autorizado em dispositivo legal
- (7) Disponibiliza informações para a gestão do próprio contencioso administrativo e do **contencioso judicial**